

OS DIREITOS  
HUMANOS  
POR UM FIO?  
PERSPECTIVAS  
TRANSDISCIPLINARES  
EM TORNO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
EM TEMPOS DIFÍCEIS

SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA  
MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS  
RAFAEL FRANCO VASQUES (ORGS.)

# Índice

Introdução	7
SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA MARCO BAPTISTA MARTINS RAFAEL FRANCO VASQUES	
<b>1. Economia: paradigmas, ensino, ideologia e cultura desviante</b>	<b>9</b>
<b><i>Adam Smith, Becker e Sutherland</i></b>	
CARLOS PIMENTA	
2. Políticas públicas de austeridade e direitos sociais	43
CLÁUDIA TOLEDO MOISÉS SANTOS JÚNIOR	
3. Divisible, Contingent and Parochial? <i>The instrumentality of EU fundamental rights</i>	65
EDUARDO GILL-PEDRO	
4. O paradoxo dos Direitos Humanos: instrumentalização e coisificação	87
ELISABETE MORAIS	
5. Globalização e Estado social: contradições e perspectivas	103
FRANCISCO JOSÉ TOMÁS CATARRO	
6. Utopia dos direitos <i>Aporias e possibilidades da cidadania contemporânea</i>	123
HUGO CARVALHO DE MATOS FERNANDEZ	
7. Strumentalizzazione ideologica, impotenza giuridica e processi di soggettivazione <i>Spunti di riflessione sui limiti e sulle potenzialità democratiche della dottrina dei diritti umani</i>	143
IRENE VIPARELLI	

8. A União Europeia e os Direitos Humanos: da omissão à protecção efectiva? ISABEL CAMISÃO	165
9. Globalização – a idade dos limites <i>A perspetiva de Serge Latouche</i> JOÃO TAVARES ROBERTO	187
10. A <i>Agonia</i> da Humanidade JOÃO VAZ RODRIGUES	207
11. Os direitos e o papel contramajoritário do STF JOSÉ EDUARDO FARIA	227
12. À procura da condição humana neste início de século XXI MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS	245
13. Contributos da teoria do reconhecimento para a renovação dos Direitos Humanos PAULO VITORINO FONTES	261
14. Porque odiamos? <i>A exclusão do “Outro” em tempos de crise</i> PILAR DAMIÃO MEDEIROS	285
15. Carl Schmitt e o caso excepcional como obstáculo a uma supremacia incontestável do Direito RAFAEL FRANCO VASQUES	299
16. O estranho caso dos Direitos Humanos no labirinto da política moderna. <i>Aporias e um convite à utopia</i> SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA	321
17. Paradoxos da juridicização, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos <i>A questão indígena</i> SORAYA NOUR SCKELL	361

# 1.

## **Economia: paradigmas, ensino, ideologia e cultura desviante**

Adam Smith, Becker e Sutherland

CARLOS PIMENTA\*

### **Introdução**

*Ao fim de tantos anos sentes-te frustrado com a actividade de professor de Economia<sup>1</sup>?*

Não o diria, pelo menos como o expressaste. Não se trata de frustração, pois sempre procuramos dar o nosso melhor e tomamos como objectivo formar homens que tenham uma capacidade crítica de reflexão científica, que sejam cidadãos vigilantes e que, ajudando nesse desiderato, possuam conhecimentos lúcidos de Economia<sup>2</sup>. As nossas dúvidas, que resultam de há muitos

---

\* Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia do Porto. Sócio fundador do Observatório de Economia e Gestão de Fraude.

1 Este trabalho assenta em dois pilares. O principal está consubstanciado num livro que nos ocupou os últimos quatro anos. *Racionalidade, Ética e Economia*, Coimbra, Almedina, 2017. O outro tem a ver com as minhas investigações sobre a fraude económico-financeira e a obrigatória incursão na Criminologia. Levantamos ligeiramente o véu sobre o problema aqui abordado em Pimenta (2015).

2 Uma frase que nos marcou profundamente foi a de Joan Robinson no fim do capítulo sétimo (Robinson, 1978), em que analisa as posições de Marx, Marshall e Keynes quanto ao capitalismo: “The purpose of studying economics is not to acquire a set of ready-made answers to economic questions, but to learn how to avoid being deceived by economists.” Recorde-se que a autora se enquadra

anos orientar uma disciplina<sup>3</sup> do último ano da licenciatura, ontem com cinco anos e hoje com três, são de natureza ético-institucionais: não estarão as escolas superiores de Economia a contribuir para uma cultura desviante e não seremos nós, por muito boas intenções que tenhamos, cúmplices dessa dinâmica?

*Não te consigo acompanhar. Conversemos sobre o assunto. Explica-te melhor. É uma preocupação relacionada com o ensino da Economia, das Ciências Sociais ou da Ciência?*

Estamos a referir-nos especificamente ao ensino da Economia, admitindo não ser inadequado proceder a algumas generalizações. Primeiro, esta ciência está estreitamente associada ao poder (desigualdades, concorrência desigual, assimetria da informação, determinação económica do político, sobre-determinação política do económico) e o seu ensino tem evoluído ao sabor de duas tendências: opção por paradigmas da Economia em função da sua cientificidade e como resultado da correlação de forças sociais em confronto. Duas tendências em que a segunda parece influenciar mais que a primeira. Daqui resulta que às vezes há que apresentar como científico o que não patenteia maior capacidade explicativa. Logo germinam vários equívocos.

*Explica melhor!*

---

no que hoje podemos designar por paradigma keynesiano, considerando indispensável conhecer bem Marx e Marshall.

- 3 Tendo ensinado várias disciplinas as que mais nos marcaram foram a *Introdução à Economia*, no primeiro de cinco anos, e o acompanhamento de trabalhos de investigação dos estudantes em *Estudos Económicos Aplicados*, anual e obrigatória antes de Bolonha, e *Seminário de Economia*, semestral e obrigatória após Bolonha. Marcados essencialmente pela história da Faculdade de Economia do Porto, estamos certos de que ela é generalizável a todas as escolas de Economia portuguesa e muitas estrangeiras.

Poderíamos estar a conversar longamente. Procuraremos dar alguns exemplos valendo-nos da experiência de docente. Quando falamos em ‘economia’, podemos estar a designar duas coisas diferentes: (1) a situação e a dinâmica da sociedade que são objecto de estudo pela Ciência Económica; (2) a ciência que tem um determinado objecto científico que reflecte, mais ou menos intensamente, alguns aspectos da sociedade. Esta ambiguidade, sempre presente e reforçada nas línguas latinas, faz com que haja frequentemente a incapacidade de distinguir a sociedade-realidade-em-si da sociedade-realidade-para-a-Economia, assumindo-se espontaneamente como uma e a mesma coisa<sup>4</sup>.

*Percebo: uma coisa é a economia, aspectos da sociedade isolados para estudo, e outra a Economia, estudo pretendidamente científico desses aspectos da sociedade. Admito que essa confusão epistemológica também ajude a confundir as duas dinâmicas (interna e externa, epistemológica e social) dos paradigmas da Economia nas instituições universitárias.*

Teremos de falar dos paradigmas, mas centremo-nos agora nesta ambiguidade entre o ontológico e o epistemológico. Ela manifesta-se concludentemente na terminologia da Economia. Ilustremos através de duas frases habituais da Economia. A frase “as economias são na prática afectadas por falhas de mercado” significa: “no funcionamento da sociedade há práticas que não correspondem ao que a Ciência Económica considera como

---

4 Pode parecer que é fácil distinguir os dois significados da palavra ‘economia’, mas a experiência docente e, depois dela, a releitura de muitos livros de Economia mostraram-nos que há enormes equívocos e que estes são conceptualmente perigosos. Abordamos detalhadamente o problema, aplicado às Ciências Sociais em Pimenta (2013, p. III Parte). Aproveitamos para dizer que, conhecendo as polémicas terminológicas, adoptamos como sinónimos Economia (a ciência é designada com maiúscula), Ciência Económica e Economia Política.

sendo ‘mercado’, pelo que ela as designa por ‘falhas de mercado’”. Também pode ser lida de outra forma, quiçá mais aceitável pelo conhecimento espontâneo: “a realidade tem ‘falhas’”. E ao metamorfoseá-la dessa forma estamos a projectar como sendo realidade o que são leituras da Ciência Económica. A realidade está errada<sup>5</sup>, pelo que há que impor socialmente o que a Economia diz que é.

*É oportuno recordar que Economia Política e Política Económica são realidades distintas: uma é saber, a outra é agir. Aquela é sempre um estudo de uma certa realidade, e esta uma sua transformação que inclui opções e normatividade. É inegável poder haver ligações entre ambas, mas não é inevitável. In extremis a Política Económica é feita sem os adequados conhecimento da Economia Política.*

Concordo. Permite-me que pegue ainda numa outra afirmação habitual da Economia: “numa economia equilibrada a variação do salário acompanha a produtividade”. Esta afirmação ‘positiva’ é a aparência de uma postura normativa: “para que a taxa de lucro se mantenha a variação dos salários deve ser igual à variação da produtividade do trabalhador”. E porque a “economia é equilibrada” a taxa de lucro é “normal”. E, entretanto, fala-se de variação e não de nível absoluto, tende-se a incluir na produtividade a intensidade do trabalho, colocando-nos numa lógica de curto prazo.

---

5 Por muito absurdo que pareça, a realidade pode apresentar-se como errada, porque a cientificidade de um modelo é mais garantida pela aceitabilidade pela comunidade científica do que pelo confronto com a realidade, embora esta pareça ser a referência. Mises (1978, p. 31) apresenta-o claramente, reflectindo o que designaremos por Economia O[3]: “The disagreement between the theory and the facts of experience consequently forces us to think through the problems of the theory again. But so long as a re-examination of the theory uncovers no errors in our thinking, we are not entitled to doubt its truth.”

*Caro amigo, arriscamos a perder-nos se nos mantivermos nestas considerações. São questões importantes, como o são a questão do ceteris paribus na Economia, que dificulta a constatação do erro na construção científica, ou conceitos como o de equilíbrio. Que tal se fosses bem-comportado e tivesses a amabilidade de colocares as questões que te preocupam e que permitem passar dos assuntos que estamos a referir para os teus problemas éticos?*

Tens razão, mas antes disso, quero apresentar-te alguns dados sobre a percepção que os estudantes de Economia têm do que esta é. Os dados seguintes são o resultado de um inquérito que lançamos logo na primeira aula de cada ano lectivo:

- 89% consideram que a Economia é uma ciência, 4% que é uma arte, 0% que é uma norma e para os restantes 7% não é nada disso, é outra coisa;
- perante diversas afirmações *parciais* que possam servir para definir Economia, 38% aceitam que é o “estudo da produção”, 52% o “estudo da repartição do rendimento”, 41% o “estudo da troca”, 52% o “estudo do consumo”, 37% o “estudo da riqueza”;
- note-se que 34% consideram que nem produção, nem repartição, nem troca, nem consumo, nem riqueza entram na definição de Economia; 12% focam-se num único destes elementos, 14% em dois, 4% em três, 11% em quatro e os restantes 25% consideram como válidas as cinco afirmações;
- contudo, é o pleonasma “o estudo da actividade económica” que tem mais adeptos (77%), logo seguido de “a gestão dos recursos escassos com utilizações alternativas” (57%). Com igual valor e com 52%, surgem respectivamente “o estudo das escolhas individuais” e “o estudo de aspectos da realidade social”; 48% concordam que é “a gestão óptima dos recursos escassos com utilizações alternativas”, 34% que é “a matematização da realidade”, 30% que é “o estudo de uma parte da realidade” e uns residuais 2% que não é nada disso.



Não vamos aqui analisar em detalhe as correlações entre as diversas possibilidades de definição adoptadas pelos estudantes, mas podemos perscrutá-las no Anexo. No entanto há alguns resultados que merecem uma reflexão, mesmo que não o façamos aqui: a “gestão dos recursos escassos” e a “gestão óptima dos recursos escassos” não estão correlacionadas e têm um coeficiente negativo; a “gestão dos recursos escassos” está fortemente correlacionada com a “matematização da realidade”; o “estudo das escolhas individuais” e o “estudo de uma parte da realidade” não estão significativamente correlacionados.

*Feitas estas clarificações de percepção por parte dos quase economistas, como relacionas estas questões com as tuas preocupações éticas?*

Até aqui temos estado a falar de Economia, mas esta não é uma ciência unificada, nem a importância relativa das suas diversas partes está pautada pela cientificidade, como já o referimos. Temos de perscrutar quais os diversos paradigmas existentes e qual o que hoje norteia o seu ensino nas Universidades. Dito isto, há que perguntar se o paradigma hoje dominante é científico. Só a partir dessa clarificação podemos questionar se com base nele se inculca um comportamento ético ao futuro economista. Se concluirmos que sim, o que duvidamos, as nossas preocupações não têm fundamento. Caso contrário, com referência na teoria da associação diferencial de Sutherland (1940, 1983), devemos interrogar-nos se o paradigma dominante da Economia gera tendencialmente uma cultura desviante.

*E se assim for, devemos questionar-nos sobre as possibilidades de alterar o panorama no ensino da Economia. Entendido. Temos um intenso caminho a percorrer, cheio de cruzamentos e falsas pistas. Vamos a isso. Estou a gostar do desafio.*

## Os paradigmas da Economia

*Percebo que em toda a ciência haja vários paradigmas<sup>6</sup>, entendo que nas ciências sociais haja maior diversidade e que os factores externos de hegemonia de uns em relação aos outros sejam mais intensos na Economia pela importância que esta pode ter sobre a vida da sociedade. Mas interrogo-me se não poderíamos analisar a cientificidade da Economia como um todo.*

Creio que é prematuro discorrermos sobre essa hipótese. Podemos fazê-lo, devemos promovê-lo depois de falarmos nos diversos paradigmas possíveis. De qualquer forma adiantaria, a título de hipótese, que a razão fundamental foi invocada por ti e que a ela já fizemos várias alusões: a hegemonia de um paradigma pode ter pouco a ver com a cientificidade do mesmo. Se aceitas o meu desafio, avançamos pelo meu trilho. E a primeira questão que temos entre mãos é saber quais os critérios para classificar os paradigmas. Conforme a grelha de análise, como em qualquer processo de classificação, assim o resultado a que chegamos. E há vários critérios, uns mais relevantes, outros menos.

---

6 Algumas precisões. Primeiro, temos utilizado *paradigma* com um sentido mais vasto que o de *teoria* (um paradigma contém várias teorias, sobre isto ou aquilo), e o termo *teoria* com um sentido mais vasto que o de *modelo* (uma teoria sobre qualquer assunto pode conter vários modelos). Segundo, podemos assumir como seu significado o que nos diz a Wikipédia: “un paradigme est une représentation du monde, une manière de voir les choses”. Um paradigma envolve sempre uma visão do mundo que ultrapassa a Economia, uma bateria de hipóteses iniciais, uma metodologia estruturada de determinada forma. Esse conjunto dá-lhe coerência. Terceiro, Kuhn (2009) acrescenta-lhe uma dimensão histórica: sucessão de paradigmas. Contudo, na Economia não há uma sucessão temporal de paradigmas, pois eles coexistem no tempo; em cada momento há vários paradigmas; o que evolui no tempo é o domínio relativo de cada paradigma em relação aos restantes.

*Uma grelha habitual é a transposição de uma velha polémica nas ciências sociais: é o indivíduo que determina a sociedade ou é esta que determina o indivíduo? Qual o pólo mais importante dessa dicotomia, como e porquê? Qual o fundamento e o ponto de partida da análise? O indivíduo, a sociedade ou uma estrutura intermédia, designável por instituição?*<sup>7</sup>

É uma possibilidade, mas seria um critério desviado em relação aos nossos objectivos. Para examinarmos a robustez de uma ciência, temos de concentrar a nossa atenção no objecto dessa ciência, na leitura que essa ciência faz da realidade(-em-si), retendo uma parte do todo, estreitamente relacionada com a metodologia adoptada. A realidade-em-si é uma totalidade complexa, e fazer ciência exige uma leitura simplificadora que retenha apenas uma sua parte, logo uma realidade construída. Do maior ou menor confronto entre o objecto científico e a realidade original resulta maior ou menor capacidade de falseabilidade, vertente fundamental do saber científico<sup>8</sup>. Partindo destes pressupostos, poderíamos agrupar a Economia em tantos paradigmas quantos os seus objectos essencialmente diferentes.

*Concordo, desde que retenhamos com força o que acabaste de dizer: diferenças fundamentais. Senão corremos o risco, disparatado, de termos tantos paradigmas quantos os economistas que marcaram a história do pensamento económico.*

Assumindo como marcos do nascimento da Ciência Económica<sup>9</sup> autores como Quesnay (1978 [1758]), Adam Smith (1981/3 [1776])

---

7 Bancal (1974, p. 28) considera duas possibilidades de sequência lógica: (1) sistemas – estruturas – grupos – agentes – dinâmicas (com uma variante mais dedutiva: sistemas – estruturas – dinâmicas – grupos – agentes); (2) agentes – grupos – estruturas – sistemas – dinâmicas.

8 Claro que estas considerações são feitas pensando na Economia, pois teríamos de dizer outra coisa se estivéssemos a tratar, por exemplo, da Matemática.

9 Sobre esta temática ver Sicard (2006).

e Ricardo (1983 [1817]), podemos afirmar inequivocamente que o primeiro paradigma da Economia tinha, e ainda tem, como objecto científico a produção, a repartição e a troca. Uns privilegiaram apenas um ou dois desses aspectos da actividade do homem, outros acrescentaram o consumo e uma parte destes outros ainda tratou genericamente da riqueza. Para nos facilitar a terminologia, designemos este objecto científico como O[1]. E assim vigorou durante mais de um século.

*Creio que nesse ‘pacote’ se podem englobar autores tão diversos como os três que mencionaste, Marx (1969 [I – 1867]) e Menger (1988 [1871], 2011 [1883]), Say (1966 [1828-1829]) e Jevons (1988 [1871]), Veblen ([1899]) e Pareto (1988 [1909]), etc.*

Sem dúvida. E ainda hoje uma enorme quantidade de economistas continua a considerar que o objecto da Economia é esse. Dispensamo-nos de fazer uma listagem, mas creio que basta pegarmos em livros da actualidade, com alguma aleatoriedade.

*Com Robbins (1945)<sup>10</sup> mudamos de paradigma, pelo que posso deduzir. Para tentar superar as divergências menores entre os diversos economistas quanto ao objecto da Economia<sup>11</sup>, opta por uma definição formal. Constatando que “do ponto de vista do economista a condição da existência humana apresenta quatro características fundamentais” (p. 12) (fins diversos; tempo e meios para realizar esses fins limitados;*

---

10 Este autor precisa e consagra uma definição formal de Economia. Não podemos dizer que a inventa. Ele consagra uma tendência que vinha de autores anteriores. Aliás esta observação poderia ser feita à obra de muitos outros economistas consagrados. A sua importância é uma síntese dos grandes problemas operacionais e conceptuais de uma determinada época histórica com tendências que lhe são anteriores, consagradas em outros autores, e com a genialidade do próprio.

11 Os autores analisados são essencialmente Stuart Mill, Cannan, Marshall, Pareto e Clark.

*com utilizações alternativas; os fins têm importâncias diferentes), o económico está na sua articulação. A Economia passa a ser a gestão dos recursos escassos.*

É isso, com dois acréscimos. Como antecedente do seu trabalho, já encontramos nos utilitaristas a focagem na problemática da tomada de decisões perante a escassez. Como consequente, refiro que as evoluções futuras do objecto da Economia já estavam contidas do seu escrito, mas não houve a sua percepção clara imediata. Deixando este aspecto para mais tarde, diria que o entendimento generalizado foi de que a gestão dos recursos escassos, que passa a ser o segundo objecto da Economia (O[2]), era uma forma alternativa de tratar os assuntos contidos em O[1]. Esta concentraria a atenção no conteúdo e aquela no processo. Essa fase de transição atenuou a mudança de objecto e de paradigma. Contudo, a curto prazo, O[2] evoluiu em dois sentidos: a gestão dos recursos escassos deixou de confinar-se à produção, repartição e troca e passou a aplicar-se a todos os aspectos da vida humana; mais do que atender a como os actos humanos gerem esses recursos, passou a considerar-se, como referência, a gestão óptima dos referidos recursos escassos com utilizações alternativas. Este é o terceiro paradigma atendendo ao objecto científico da Economia: O[3].

*O expoente máximo deste último paradigma, hoje dominante, é a Teoria da Escolha Racional. Contudo já estava contido nas palavras iniciais de Robbins: “[a Ciência Económica] não assenta na hipótese de que os indivíduos agirão sempre de forma racional. Mas, por ser prática, depende da assunção de que é desejável que eles se comportem assim” (p. 158). Podemos assumir O[2] como uma transição entre dois paradigmas totalmente diferentes. Com o paradigma O[1] a Economia observa a realidade social, constrói modelos, confronta-os com aquela e melhora-os ou abandona-os. É uma ciência baseada na observação da realidade; conserva uma importante faceta “empírica”. Com o paradigma O[3] o*

*método comanda a elaboração dos modelos, e a referência é a racionalidade dos homens nos assuntos económicos, a racionalidade óptima. Se essa racionalidade óptima corresponde às práticas humanas, ainda estamos ancorados à realidade; se não a Economia oscila entre a positividade e a normatividade, com tendência para a predominância desta, como vemos em diversos autores, como Hayek<sup>12</sup> ou Becker.*

Assim é. Só após apreciarmos o que se entende por “racionalidade económica” estamos em condições de perceber qual é, efectivamente, o objecto da Economia e se estamos perante um discurso apêgado à realidade ou associado à normatividade.

*Permite-me que antes de o fazermos acrescente algumas considerações sobre o ensino da Economia. Em primeiro lugar, se há uma pluralidade de paradigmas que continuam a coexistir, e cujas fronteiras podem ser inconciliáveis, admitimos que seria adequado pedagógica e cientificamente confrontar os estudantes com essa diversidade, ampliando o seu discernimento para fazer uma gestão dos saberes. Creio que a tendência das últimas décadas não foi reforçar o pluralismo teórico, mas antes reforçar o monolitismo, o que castra as capacidades cognitivas. Em segundo lugar, esse pluralismo aconselhava alguma reflexão sobre a viabilidade da interparadigmaticidade<sup>13</sup> na Economia. Finalmente,*

---

12 É difícil explicitar qual o autor de fronteira entre duas correntes do pensamento económico, quer por diferente projecção internacional dos escritos de cada país, quer porque cada autor apoia-se nos “ombros dos gigantes” anteriores. Durante muito tempo admitimos que Ludwig von Mises (1881-1973) fosse o autor “da mudança”, mas hoje centramo-nos mais em Hayek (1899-1992): aquele considera que toda a acção humana é consciente, é intencional, logo racional por definição; com Hayek parece começar a haver uma afirmação do comportamento racional como padrão, perante a diversidade dos comportamentos individuais.

13 A interparadigmaticidade, a possibilidade de articularmos unificadamente leituras diferentes do objecto da Economia foi uma nossa preocupação quando fomos responsáveis por *Introdução à Economia* (a que se associou o estudo da complexidade). Ainda fizemos alguns exercícios nesse sentido (Pimenta, 1995).

*se estivermos, como analisaremos de seguida, numa normatividade disfarçada, tal deveria ser explicitado, para o que bastava que cada modelo fosse antecipado pela explicitação de todas as suas hipóteses.*

## **Racionalidade**

Tratar da racionalidade económica exige considerar uma sequência: a razão, ser racional, a racionalidade e a racionalidade económica. Exige percepcionarmos claramente que tudo o que dissermos transpira uma cultura. O Homem é considerado um animal racional, distinguindo-se dos restantes animais exactamente por essa sua característica; a cultura greco-latina reforça a importância da razão na conduta humana, atribuindo-lhe um determinado significado; as coisas humanas relacionadas com as realidades da produção e troca são universais, mas assumiram na Europa uma leitura específica associada à sua história, berço da Economia. Com continuidades e rupturas, a razão coexiste na práxis e no saber, e deste há vários tipos: o corrente e o crítico, o científico e o filosófico, o tácito e o expreso.

*É melhor centrarmo-nos de imediato na racionalidade económica para não correremos o risco de, antes de falarmos dela, fazermos a história da Filosofia. Não nos dispersemos<sup>14</sup>.*

---

Temos de reconhecer que embora sendo praticável é bastante difícil. Além disso as pontes conceptuais que se possam estabelecer não se traduzem em aceitação pelos cultores dos paradigmas em confronto, marcados pelo contexto social. Voltamos recentemente a abordar a natureza da interparadigmaticidade (Pimenta, 2013, pp. 211-221).

14 Apesar da justeza desta advertência importa deixar patente a nossa desconfiança na divisão dicotómica (quicá uma consequência da bivalência da lógica aristotélica) “animais racionais e irracionais”. Diversos trabalhos permitem duvidar seriamente da veracidade de uma divisão tão simplista. Recordem-se

Entendo o teu cuidado, mas as minhas considerações pretendem exactamente isso. Os comentários prévios aqui esboçados visam equacionar o que podemos entender por racionalidade económica quando estamos a tratar da Economia O[3], quando estamos a avaliar criticamente, no positivo e no negativo, a Teoria da Escolha Racional<sup>15</sup>. Durante muitos anos admiti que a racionalidade económica era o agir e o interpretar dos homens face às situações que tradicionalmente designávamos por actividades económicas. Por outras palavras, que a racionalidade económica era uma parte da racionalidade, a aplicação desta a determinadas situações e vertentes da sociedade. Hoje percebo que esse pode ser o entendimento da racionalidade económica associada apenas ao paradigma O[1]. No actual paradigma dominante a racionalidade económica não é uma realidade-em-si (como no caso anterior) mas uma realidade-para-si construído pelo próprio paradigma: é o sentido que a Economia dá ao comportamento social humano quando encarado pelo modelo epistemológico do paradigma O[3] da Economia<sup>16</sup>.

---

os trabalhos de Etologia e os ensaios sobre “o sentimento de si”. Para se começar a questionar o simplismo da referida dicotomia ver, por exemplo, Sagan e Druyan (1996).

- 15 Assumimos que esta teoria é actualmente o melhor exemplo da Economia O[3].
- 16 Esta questão é magistralmente apresentada por Godelier (sd [1969]): “Demonstramos [...] que a racionalidade económica e a racionalidade da Ciência Económica são *uma e a mesma questão* e que o conhecimento da racionalidade económica *depende inteiramente* da verdade das hipóteses elaboradas pelos economistas (e demais especialistas das ciências sociais).” (36). Em Economia O[1] a “racionalidade” está implicitamente presente no comportamento dos homens e este é o objecto de estudo. A “racionalidade” não se autonomiza como tema. Quando a “racionalidade” se autonomiza como hipótese, não explicada, ou como suporte de uma análise o tema apresenta-se sob a forma de uma pergunta: “Como, num sistema económico dado, devem se comportar os agentes económicos para atingir os objectivos a que se propõem?” (19).



*Se o conceito está fechado em si próprio, parece despiendo olhar para a realidade e confrontá-lo com a sua leitura pela Economia.*

Nada disso. Fazer ciência continua a ser descrever e interpretar a realidade-em-si, mediatizado por metodologias que decompõem a complexidade e seleccionam as partes do todo (presente nas partes) a analisar. Esse é o primeiro passo da apreciação crítica. Passemos então a essa análise. Primeiro, há elementos suficientes para afirmarmos categoricamente que há várias racionalidades: há diferentes conteúdos e formas de manifestação da razão. Se podemos considerar que há um núcleo comum a todas as culturas, cada uma tem a sua racionalidade. A Antropologia Económica demonstra-o inequivocamente, as leituras atentas da diversidade de práticas humanas confirmam-no, chamemos-lhe racionalidade dominante, racionalidades marginalizadas, racionalidade oculta ou outra. Segundo, a aplicação da racionalidade é orientada por contextos e fins que podem variar conforme as circunstâncias: há uma racionalidade instrumental que, perante um determinado objectivo a atingir, privilegia a consideração exclusiva de alguns aspectos da conduta humana; há uma racionalidade axiológica que combina o pragmatismo do objectivo a atingir com valores inerentes ao comportamento humano: os usos e costumes; o bem e o mal; o bonito e o feio; o eu, o nós e os outros; as 'causas' da humanidade, da preservação da espécie à liberdade, da sobrevivência ecológica ao que se designa por justiça.

*Quando falamos de Teoria da Escolha Racional, estamos a falar de diversos autores, cada um com as suas especificidades, mas globalmente podemos desde já concluir que ela não tem em conta vários aspectos essenciais da realidade. Embora reconheçam que a maneira dos homens se comportarem é diversificada, consideram como norma uma única racionalidade, quiçá expressão da superioridade cultural associada às culturas dominantes. A eficácia, a optimização na utilização dos*

*recursos escassos com fins alternativos, enfim a racionalidade instrumental, são a única vertente considerada. O indivíduo é um homem que abandona a racionalidade axiológica<sup>17</sup>, concentrado na maximização da sua utilidade. O homem, na plenitude da sua diversidade, desaparece quando categorizado como agente económico, passando a comportar-se como a Economia consigna a partir de um conjunto de axiomas raramente explicitados.*

Terceiro, creio que a crítica mais devastadora é a demonstração de que o homem não é possuidor de uma racionalidade olímpica, que a racionalidade humana é limitada (H. Simon, 1989). Limitada ontogenética e filogeneticamente. A Biologia – nomeadamente as Neurociências –, a Psicologia – designadamente a Psicologia Económica –, a Antropologia, a própria Economia, no confronto interparadigmático, demonstram-no inequivocamente<sup>18</sup>. O homem não se comporta como a Teoria da Escolha Racional pressupõe que se comporta. A este propósito, que nos poderia conduzir a uma extensa explanação, devemos precisar que não se trata apenas da constatação de um hiato entre o comportamento efectivo e o pressuposto pela teoria (o que permitiria sempre responder que o modelo é inevitavelmente uma simplificação da realidade), mas que põe em causa as hipóteses e as leis do próprio modelo. Por exemplo, sem a hipótese (frequentemente apresentada como lei) da transitividade das utilidades, grande parte dos modelos construídos ruiria, e a

---

17 Sen (2010, 2012) tenta mostrar como as racionalidades instrumental e axiológica podem ser compatibilizadas, mesmo no quadro da Teoria da Escolha Racional. Vão no mesmo sentido alguns trabalhos que assumem o “altruísmo” como uma porta aberta para essa conciliação. Contudo, não fundamentando aqui a nossa posição, assumimos tais leituras ou marginais ou epistemologicamente inconsequentes.

18 A vastidão da bibliografia sobre estas questões dispensa-nos a sua apresentação. Apenas a indicação de alguns trabalhos de H. A. Simon (1955, 1987, 1997).

ciência tem demonstrado que ela não é válida. Por exemplo, o conceito de custo de oportunidade é decisivo na arquitectura da escolha racional, mas, se as opções fossem feitas na base da sua consideração, os homens desapareceriam enquanto espécie<sup>19</sup>.

*Creio que poderíamos referir diversos outros aspectos demonstrativos de que o homem não se comporta como a Teoria da Escolha Racional pressupõe. A sociedade não é a soma dos indivíduos, como o individualismo metodológico pressupõe, porque o indivíduo é um ser social e porque na sociedade, para além do indivíduo, mesmo assumindo esse ponto de partida, há a relação entre os indivíduos. O todo é mais que a soma das partes e estas contêm o todo. A Economia é a ciência resultante da divisão social do trabalho, e esta dá coesão aos comportamentos 'económicos' dos homens, onde a solidariedade, a simpatia, a benevolência se interligam com o egoísmo e o altruísmo (egoísmo de grupo)<sup>20</sup>.*

Parece-me oportuno fazer aqui um pequeno desvio à sequência de análise para falar um pouco da Psicologia Económica e da Economia Comportamental. Na microeconomia e na fundamentação microeconómica da macroeconomia, o indivíduo, o homem comportando-se isoladamente, é o arquétipo. Assim sendo, não é de espantar que a Psicologia seja uma ciência de referência decisiva, tanto mais quanto muitas das hipóteses de partida da Economia apresentam categoricamente, isto é, sem qualquer demonstração, regras que parecem ser deduções lógicas da Psicologia, como por exemplo a utilidade marginal

---

19 Pelo tempo que exigiria tomar em muitas decisões vitais.

20 Porque o argumento da autoridade continua vivo no debate académico, a crítica da Economia O[3] também tem sido feita pela constatação que Adam Smith não defendeu o comportamento egoísta como (exclusivo) suporte da actividade económica. Tal tem dado lugar a várias compatibilizações da obra económica de Adam Smith com os seus estudos anteriores sobre a *Teoria dos Sentimentos Morais*. Porque já fizemos alusão a alguns desses trabalhos, dispensamo-nos de os voltar a referir.

decrecente, a possibilidade de ordenação da utilidade e a comparabilidade interpessoal de utilidades, pressuposta pelo ‘óptimo de Pareto’. Por isso, a concentração da Psicologia em temáticas assumidas pela Economia deu lugar a uma nova ciência que se revelou muito útil: a Psicologia Económica. Várias críticas anteriormente esboçadas, nomeadamente a da racionalidade limitada, emergiram desse produto interdisciplinar. Hoje, mais do que de Psicologia Económica, fala-se de Economia Comportamental, e, contudo, esta não é um prolongamento daquela. Em primeiro lugar porque pretende ser uma “secção” ou um paradigma da Economia que, embora utilizando a interdisciplinaridade, tem uma matriz disciplinar. Em segundo lugar porque se assiste hoje a duas correntes diversas no seu seio que coexistem: por um lado, explicita as limitações da Economia em geral, e da Economia O[3] em especial; por outro, reconhecendo que a realidade é diferente do pressuposto pela Economia O[3] e aceitando a superioridade operacional desta, procura encontrar técnicas para influenciar os homens a comportarem-se como a teoria pressupõe.

### **Falseabilidade<sup>21</sup>**

Frequentemente admite-se que a crítica da racionalidade, e a conseqüente demonstração de que a realidade é diferente do que está consignado pela Teoria da Escolha Racional, é suficiente para a pôr em causa. Contudo, tal é rotundamente falso. A falseabilidade de um modelo é condição indispensável para que este possa ser considerado científico, mas a Teoria da Escolha Racional parece estar imune a esse confronto. Em primeiro lugar, porque a condição *ceteris paribus* é generalizada e

---

21 Sobre o termo ver Pimenta (2013, p. 42, n. 49).

irreflectidamente utilizada. Em segundo lugar, porque os autores que marcaram mais decisivamente a Economia contemporânea dominante – por exemplo, Hayek (1937, 1948), Friedman (1953, 1979), Friedman & Friedman (1988) e Becker (1971, 1976, 1981, 1992) – reconhecem como verídicas muitas das críticas à racionalidade, na linha do que referimos anteriormente. São os primeiros a reconhecê-lo, mas têm argumentos ‘consistentes’ para manter a sua posição.

*Estou a tentar acompanhar-te, mas sinto-me bastante perdido. Podes ser mais preciso?*

Os referidos autores afirmam com alguma frequência que sabem que os homens se comportam de formas muito diversas, que, para além de eventuais padrões comuns, a liberdade individual faz com que cada cabeça tenha a sua sentença. E é exactamente perante essa grande diversidade que há que encontrar um padrão de referência que permita fazer ciência. Esse é um problema tradicional da Economia que, ora se baseia no que é ‘normal’ (designando-o de habitual, do comportamento do homem de negócios, da ‘média’), ora assume um determinado protótipo (como é o *homo oeconomicus* ou o agente representativo), como hipótese de trabalho. Perante esta diversidade de comportamentos individuais, para a Economia, O[3] assume como única possibilidade de fazer ciência, de abstrair do concreto e generalizar, considerar que os homens se comportam tendencialmente de forma racional, isto é, de acordo com os seus pressupostos de elaboração dos modelos.

*Pelo que entendo, eles defrontam-se com um problema inerente à Economia, algo que não é específico deste paradigma.*

Talvez, mas procuram resolvê-lo de uma forma específica. Por um lado, o realismo foi substituído pelo pragmatismo: descrever é mais importante que interpretar; o confronto com a realidade

faz-se pela capacidade de previsão. Por outro lado, a positividade científica é subtilmente transformada em normalidade encapotada. Antes de falares, vejo pelo teu sobrolho vontade de o fazer; vou explicitar um pouco mais estas ideias. Primeiro, algumas considerações sobre o descrever e o interpretar. Há muitas formas de encarar o corte epistemológico<sup>22</sup>, e enquanto uns entendem este como uma descrição do que acontece na realidade (leitura fenomenológica: quando  $x$  acontece também  $y$  acontece na forma  $z$ ), outros consideram que fazer ciência engloba a descrição mas exige racionalmente encontrar as relações causais (leitura metafenomenológica:  $x$  e  $y$  acontecem na forma  $z$  porque há a causa  $w$ <sup>23</sup>). O positivismo assenta na descrição. Abstemo-nos de fazer qualquer apreciação crítica sobre esta opção, que tem uma longa tradição, com produtividade. Segundo, o confronto com a realidade pode tomar como referência o passado, o presente e o futuro, em exclusividade ou em combinações. Comparar uma teoria científica com o futuro é a postura que torna mais difícil isolar os factos e seleccionar as variáveis ou, por outras palavras, é aquela em que o *ceteris paribus* atinge a maior amplitude, maior dificuldade de especificação, tornando a teoria mais defendida de qualquer confronto com a realidade, logo da possibilidade de falseabilidade.

*Facilitando a normatividade, pelo que posso perceber.*

Sem dúvida. Se os modelos não tomam como referência o que os homens são mas o que “tendencialmente são”, e quando a crítica à racionalidade, que afluímos anteriormente, mostra que os homens são muito diferentes do que a racionalidade da Teoria da Escolha Racional pressupõe, o que esta considera são

---

22 Ver Bachelard (1972, 1976), Castro (1980, 1982, 1987) e Pimenta (2013, pp. 23-67).

23  $w$  pode ser  $x$ ,  $y$ ,  $x$  e  $y$  ou outro(s) acontecimento(s).

comportamentos que se supõe deverem existir para que tudo aconteça como o modelo postula. Sob a aparência da positividade, está-se em plena normatividade. E daqui se deduz que a crítica mais radical ao actual paradigma da Economia é epistemológica. A ciência, incluindo a Economia enquanto tal, não pode englobar a normatividade<sup>24</sup>. A ciência é o conhecimento do é, não do que deve ser.

*Vamos admitir que o que dizes está certo. Surge-me então uma grande dúvida. Como é possível encapotar a normatividade numa aparente positividade? Por outras palavras, de uma forma mais prática, na medida em que somos professores: como é possível os estudantes assumirem como positivo o que é normativo? Sei bem que o inquérito que elaboras não contempla a percepção desta eventual contradição, mas como é que explicas que os estudantes admitam que estão a estudar o que é?*

Estás a levantar um problema que tentaremos englobar num inquérito aos estudantes, não apenas das minhas turmas, mas de todas. Seria interessante não só fazer um tal questionário como diferenciar as respostas dos estudantes por anos de frequência do curso. Como gostamos de sonhar, como prelúdio da acção, acrescentaríamos que seria interessante fazer o mesmo inquérito nos cursos de Economia e Gestão, pois admitimos que, embora com o mesmo enquadramento institucional, estejamos perante duas realidades distintas. Feito este reparo e agradecimento, vamos ao cerne da resposta. Em primeiro lugar, porque o curso de Economia contém muitas técnicas de observação da realidade. Em segundo lugar, porque essas técnicas de observação não são usadas da forma mais adequada ou são-no sem

---

24 Esta matéria exigiria um tratamento mais exaustivo, impossível de o fazer aqui. Sugere-se um texto polémico sobre o assunto: Katouzian (1982, p. 169 seg. Cap. 166).

a devida reflexão epistemológica, o que se adequa a uma mais aparente positividade. Em terceiro lugar, porque muita da normatividade é vertida numa linguagem matemática que facilita o entendimento espontâneo de que se está a descrever a realidade. É, na nossa opinião, o que justifica o peso atribuído nas respostas ao inquérito à importância da “matematização da realidade”. Mas a sua relevância vai para além disso. Em quarto lugar, porque raramente as frases da Economia são formuladas em termos normativos: “X deve ser  $X_1$  para que...” metamorfoseia-se em “X é  $X_1$  quando...”. Acrescenta-se ainda uma quinta justificação: apesar de se considerar a Economia hipotético-dedutiva, raramente se tem o cuidado de explicitar, pelo menos exaustivamente, as hipóteses que servem aos modelos. Em sexto lugar, porque a formação filosófica e epistemológica dos estudantes<sup>25</sup> universitários é baixa. Em sétimo...

*Sei que poderíamos continuar, mas creio que já esboçaste uma resposta coerente à minha pergunta. Só gostaria que te centrasses um pouco mais sobre outra vertente do problema: quais são os impactos éticos que isso tem sobre os estudantes?*

A resposta é fácil: o aspecto mais importante para os agentes económicos é a máxima eficiência. A racionalidade instrumental, para o conseguir, é o padrão de referência. E porque os homens e as instituições são exclusivamente considerados como agentes económicos, o comportamento ideal do economista é garantir a maximização da eficiência. E porque assim é, não nos espantemos que os estudantes de Economia se apresentem frequentemente como os salvadores do mundo: tanto quanto observar a realidade pretenda permitir apresentar propostas de política económica. Por outras palavras, dizendo de duas formas

---

25 E a dos professores também.



diferentes: adopta-se uma óptima utilitarista; todos os valores se subordinam à eficiência. Esta subordinação é justificada por ser a referência (quase) única ou, alternativamente, por se admitir que a eficiência gera os restantes valores.

### **Ética do economista**

*Não tendo prova em contrário das tuas deduções anteriores, quais os impactos do ensino da Economia actualmente praticado sobre a ética dos (futuros) economistas?*

A Economia não estuda a ética, mas considera-a no seu objecto científico. No caso da Economia O[1], ao descrever e interpretar a produção e a troca, expressa as práticas sociais, que comportam a ética. A cada modo de produção corresponde um comportamento humano específico que reflecte a ética, por um lado, e um dado objecto científico capaz de captar essa realidade, por outro. No caso da Economia O[3], há uma normatividade implícita que pode conter ou excluir a ética. No primeiro paradigma a Economia reflecte a realidade, embora podendo servir de suporte à arte de transformação da realidade; no terceiro cria uma ética do mundo dos negócios, centrando-se na racionalidade instrumental, embora admitindo cumulativamente (na opinião de alguns autores) uma racionalidade axiológica. Quando colocas a pergunta sobre os impactos do ensino da Economia sobre a ética dos economistas, podes estar, implicitamente, a referir-te a duas coisas diferentes: impactos sobre o comportamento individual do cidadão que tem uma formação académica de Economia; seu comportamento no exercício da profissão, sobretudo enquanto transformador da realidade, pela gestão ou pela política económica. Não deixando totalmente de parte a primeira dimensão, sugiro que nos centremos na segunda.

*Era nessa que estava a pensar.*

Há três camadas éticas que se confrontam no quotidiano do economista. Este é cidadão de uma sociedade organizada, cujo funcionamento formal e informal tem como um dos seus pilares uma ética espontânea do indivíduo, adquirida desde o berço, numa síntese entre os valores da sociedade, da comunidade e das instituições, incluindo a família, valores que lhes foram inculcados, e os construídos por si próprio no exercício do seu livre-arbítrio. É o que podemos designar por ética espontânea do indivíduo. O economista é um profissional que lhe sugere ou impõe uma forma de comportamento específico no exercício da sua profissão, contendo uma ética deontológica. Neste caso, no nosso país, parece ser um vector de pouco impacto<sup>26</sup>. Finalmente, numa prática de gestão ou de política, enquanto economista, rege-se pelos seus conhecimentos de Economia. No caso da Economia O[3], a racionalidade instrumental impõe-se como única referência. A ética é um corpo estranho que só poderia atrapalhar a eficiência, a vitória na concorrência, a apropriação de rendimento a repartir, mesmo que seja riqueza de outrem. Surgem dilemas a considerar na sua conduta, como o clássico dilema do prisioneiro<sup>27</sup>, mas a convicção de que os outros se comportarão da mesma forma, de que os mercados resolvem o conflito e de que a virtude social está nesse comportamento agressivo estimula a não se ter em consideração

---

26 O simbolismo do juramento de códigos de ética e as exigências éticas das associações de classe tendem a lembrar, institucionalizar e impor formalmente uma certa conduta. Estes mecanismos não existem em Portugal.

27 “No Dilema do Prisioneiro, cada pessoa tem uma estratégia individual ‘estritamente dominante’, no sentido em que, independentemente daquilo que os outros façam, os objectivos próprios de cada pessoa são bem mais bem servidos adoptando essa estratégia dominante (e de ‘objectivo próprio’). Ao mesmo tempo, os objectivos de todos seriam respectivamente mais bem servidos se adoptassem uma estratégia diferente (e mais cooperante)” (Sen, 2012, p. 95).

qualquer critério moral. Como o indivíduo, o profissional e o agente político são um, o economista, na sua interpretação e acção, faz a síntese de três “três camadas éticas”.

*Haverá o economista que na sua acção terá em conta os outros e a responsabilidade social do seu comportamento e da instituição para que trabalha. Haverá o economista que, na linha de Malthus, actuará na defesa do seu interesse enquanto se ativer às regras da justiça (Hirschman, 1986, p. 129). Haverá o economista centrado exclusivamente em si próprio: “se eu tomo uma decisão que é óptima para mim e tal gera uma situação má para os outros, não é problema meu; os outros não agiram como se esperava que agissem; a responsabilidade é deles”. Haverá os economistas em que tudo vale para a maximização pessoal: “na trilha de Mandeville e da sua reabilitação do luxo, muitos economistas construíram uma reputação exaltando as funções de eficiência económica de actividades ilegais ou desprezíveis; contrabando, mercado negro ou até mesmo corrupção no seio do governo” (Hirschman, 1986, p. 124). Pelo que dissemos até agora, podemos deduzir que os comportamentos amorais ou imorais tendem a aumentar em resultado do domínio dos paradigmas actualmente dominantes e da forma como as Universidades os reproduzem. O suporte ético da acção do economista está mais na ética espontânea do cidadão do que na concepção transmitida pela Economia.*

É isso mesmo. E a situação é mais incisiva do que referimos. Não se trata apenas de uma opção individual assumida em plenitude do exercício da sua liberdade individual. O economista actua profissionalmente em sociedades crescentemente minadas<sup>28</sup> pela economia não observada, pela fraude e pela corrupção, pela criminalidade organizada; assuntos sobre os quais não tiveram qualquer informação e formação, pelo que são presas fáceis,

---

28 Sobre esta temática, três sugestões de leitura: Gayraud (2011, 2012) e Napoleoni (2009). As nossas posições estão sintetizadas em Pimenta (2014).

pela acção ou sua ausência. A reprodução da fraude e corrupção tem mecanismos automáticos de ampliação em que os comportamentos atentatórios da ética social criam condições mais favoráveis para a sua continuidade em detrimento dos outros. Estamos numa sociedade em que a partilha da riqueza assume uma enorme importância relativa no que respeita à partilha do rendimento novo criado. A sua actividade profissional exerce-se frequentemente num contexto de grande agressividade e precariedade laboral em que a sobrevivência gera a oportunidade de comportamento alheado da ética e a sua inconsciente justificação. O contexto social em que exerce a sua actividade profissional tem uma importância decisiva.

*É na base dessa panóplia de considerações que concluo da possibilidade de nós, professores de Economia, contribuímos para uma cultura diferencial no sentido atribuído por Sutherland<sup>29</sup>.*

Tens razão. Contudo, antes de passarmos para esse nosso último ponto de reflexão, relembremos alguns aspectos da Teoria da Escolha Racional. Em primeiro lugar, é de formular a hipótese de que este paradigma da Economia se impôs mais pela correlação económico-social de forças que pela lucidez dos seus princípios epistemológicos. Em segundo lugar, recorde-se que se blindou contra a possibilidade da sua falseabilidade. Nessa medida, ultrapassou as fronteiras da sua origem científica e assume-se como ideologia<sup>30</sup>. Finalmente, essa ideologia, profundamente

---

29 As referências, aqui, a este autor são escassas, limitando-nos a referir duas das suas obras fundamentais e a tecer algumas considerações adicionais no último ponto deste trabalho. Para quem pretender aprofundar as suas temáticas, deixamos aqui algumas breves referências bibliográficas complementares: Cruz, Cardoso, Leite, e Faria (2013, pp. 53-66; 91-104), Santos (2001).

30 Segundo alguns autores as Ciências Sociais estão entre o conhecimento corrente (de que se diferenciam pelo ‘corte epistemológico’) e a ideologia (de que

transformadora e suporte do liberalismo e do neoliberalismo, tem uma elevada capacidade de expansão: o seu discurso captura em seu favor o conhecimento corrente, que funciona como canal difusor; a elegância dos modelos, a facilidade dada à formalização matemática e a possibilidade de se interpretar, mesmo que erradamente, o que da outra forma não o era de forma imediata<sup>31</sup> têm permitido a sua difusão para outras ciências sociais; impõe na informação a aparente supremacia dos factos económicos em relação aos restantes aspectos sociais. E a Universidade, em vez de promover uma reflexão crítica, reproduz-la sem mais.

*Consideras que a Universidade deveria combater a Teoria da Escolha Racional?*

Não, longe disso. A Universidade deve ser o espaço crítico de reflexão científica e este só é construível com o pluralismo teórico. Não se deve privilegiar ou repudiar nenhum paradigma. Só a interparadigmaticidade e a interdisciplinaridade criam a liberdade intelectual dos cientistas sociais.

*Caro amigo, percebo. Mas também entendo que, se formos por aí, afastamo-nos irremediavelmente do nosso tema principal e ultrapassamos o tempo que nos foi concedido para a apresentação. Sugiro que nos recentremos na problemática da cultura desviante.*

---

se diferenciam pela objectividade e falseabilidade). Continua a ser útil, para precisar o conceito de ideologia, Pinto (1978).

31 A partir das hipóteses da escolha racional é possível construir um modelo assente em hipóteses, nem sempre explicitadas e implicitamente aceites como “realidades”, que de outro modo exigiria, pelo menos, a leitura e interpretação de factos extraídos da realidade-em-si.

## Cultura desviante

Sutherland, sociólogo estudioso da temática do crime, chamou a atenção para a importância do crime de colarinho branco na sociedade contemporânea e mostrou que a vontade e capacidade de cometer fraudes económico-financeiras<sup>32</sup> é socialmente transmitida e assimilada, gerando-se espaços de cultural diferencial que a permite e impulsiona. Desde então, a importância dessa criminalidade socialmente integrada e com poder político-económico tem aumentado. A crise actual do capitalismo mundial veio mostrar inequivocamente a sua importância<sup>33</sup>.

*Aceito inteiramente o que afirmas, mas a referência à crise desperta-me para o facto de que tem havido uma certa ‘proletarização’ dos novos licenciados em Economia, afastando-se das malhas do poder.*

Há essa tendência, mas não invalida que os economistas já tenham, e possam continuar a ter, influência económica ( direcção de empresas, funções estratégicas nos mercados financeiros, cargos sensíveis nas instituições) e funções políticas (actividade partidária, funções legislativas ou executivas). Além disso, a crise tem um outro efeito contrário ao que referiste: há que garantir o cargo custe o que custar; os economistas têm conhecimentos bastantes para participar, ou tomar a iniciativa, em fraudes complexas. Além disso, há a atractividade do “mundo dos ricos”<sup>34</sup> e a proximidade a grupos sociais propensos ao

---

32 Para precisar o significado deste termo, ver Pimenta e Afonso (2014).

33 Ver Gayraud, anteriormente referido.

34 Um apontamento marginal. A ideia de que “para se distribuir é preciso antes produzir” é frequentemente apresentada e colhe a aceitação do grande público. Daqui se concluiria que “uns muito terem” significa que “outros têm pouco” e que os “pobres” não poderiam encarar a sua situação desligada da dos “ricos”.

cometimento de fraudes. Há uma tendência favorável à degenerescência das relações éticas em certos espaços.

*O que não quer dizer que haja inevitavelmente essa aceitação da cultura diferencial defraudadora.*

Sem dúvida, longe de mim tal conclusão. A única coisa que pretendo alertar é que, para alguns, há essa possibilidade e que para tal contribui inequivocamente a Economia O[3], mais precisamente a exclusividade que lhe é dada, a sua ideologização com capa de cientificidade, em que os professores de Economia também têm responsabilidades. Black (2005) tem alguma razão quando atribui uma parte da responsabilidade da crise do *sub-prime* à ignorância dos economistas, nomeadamente sobre a fraude, à sua ideologia, à sua falta de argúcia e à preguiça.

## **Conclusão**

*Que sugestias para resolver o problema?*

Por diversas razões que nos dispensamos aqui de enunciar, há na sociedade contemporânea uma grande importância da criminalidade das elites, do cometimento de fraudes, o que influencia as relações sociais e a ética espontânea dos cidadãos. Por isso seria veleidade falar em resolver o problema. O que afirmamos é que, no nosso espaço profissional, devemos contribuir para uma atenuação dessas tendências criminogénéticas.

*Percebo. Podemos atenuar essa situação alertando o ‘caloiro’ para o que é a Economia, as suas grandes problemáticas e a diversidade de*

---

Contudo constata-se que o “mundo dos ricos” é lido com deslumbramento pelos “pobres”, espelhando o que eles gostariam de ser e ter. Há uma fetichização simbólica do mundo dos ricos que amortece a leitura do social por parte dos “pobres”. Pech (2011) aborda alguns desses aspectos.

*paradigmas que se confrontam, atenuando o monolitismo conceptual e promovendo um ensino crítico ao longo de todas as disciplinas.*

Sem dúvida. Essa seria a via fundamental de alteração da situação actual. Uma tal leitura crítica e uma maior informação sobre a realidade da fraude económico-financeira seriam possibilidades de reforço da ética dos futuros economistas.

*Não basta apontar caminhos; é preciso analisar a sua viabilidade e os processos de concretização do projecto.*

Se formos por aí, corremos um duplo risco: desanimarmos perante a montanha de dificuldades a vencer; traçarmos caminhos irrealistas porque o desenho do projecto não pode partir da minha ou da tua cabeça, mas de um trabalho colectivo e institucional. Prefiro salientar que nem tudo o que parece é, muitas vezes crer é poder, e, como diz o cientista e poeta, “o sonho comanda a vida”<sup>35</sup>.

---

35 “Pedra Filosofal”, in Gedeão (1983).



## ANEXO Correlação de Spearman entre as diversas opções de definição de Economia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
A. Estudo de produção	1	<b>0,600</b>	<b>0,703</b>	<b>0,747</b>	<b>0,619</b>	<b>0,526</b>	0,000	<b>0,360</b>	0,211	0,157	0,251	<b>0,380</b>	-0,104
B. Estudo da repartição	1		<b>0,442</b>	<b>0,571</b>	<b>0,600</b>	<b>0,428</b>	0,103	0,144	0,171	<b>0,285</b>	<b>0,316</b>	<b>0,314</b>	-0,140
C. Estudo da troca	1			<b>0,660</b>	<b>0,553</b>	<b>0,442</b>	0,136	0,139	0,238	0,079	0,201	0,245	-0,113
D. Estudo do consumo	1				<b>0,600</b>	<b>0,499</b>	0,103	0,216	0,093	0,070	0,147	0,239	-0,140
E. Estudo da riqueza	1					<b>0,378</b>	0,149	0,138	0,211	<b>0,305</b>	<b>0,339</b>	<b>0,380</b>	-0,104
F. Estudo das escolhas individuais	1						0,103	0,216	0,248	<b>0,285</b>	0,147	0,239	-0,140
G. Gestão dos recursos escassos	1							-0,248	0,101	-0,113	0,037	0,011	0,117

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
H. Gestão óptima dos recursos escassos								1	0,218	<b>0,287</b>	0,192	<b>0,441</b>	-0,130
I. Estudo de uma parte da realidade								1	0,093	-0,005	<b>0,347</b>	0,204	
J. Estudo de aspectos da realidade social									1	<b>0,316</b>	0,163	-0,140	
K. Estudo da actividade económica										1	0,215	-0,245	
L. Matema- tização da realidade											1	-0,097	
M. Outros aspectos												1	

Observação: Assinalados na forma **nnn** as correlações significativas a 0,05; na forma **nnn** as correlações significativas a nível 0,01.

## Bibliografia

- BACHELARD, Gaston. (1972). *L'Engagement Rationaliste* (1.<sup>a</sup> ed.). Paris: PUF.
- BACHELARD, Gaston. (1976). *Filosofia do Novo Espírito Científico – A Filosofia do Não* (J. J. M. R. Ramos, Trans. 2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- BANCAL, Jean. (1974). *L'Économie de Sociologues – Objet et Projet de la Sociologie Économique* (1.<sup>a</sup> ed.). Paris: PUF.
- BECKER, Gary S. (1971). *Teoría Económica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BECKER, Gary S. (1976). Altruism, Egoism, and Genetic Fitness: Economics and Sociobiology. *Journal of Economic Literature* (38060), 817/826.
- BECKER, Gary S. (1981). *A Treatise on the Family*. Cambridge: Harvard University Press.
- BECKER, Gary S. (1992). The Economic way of looking at life. *Nobel Lecture*, 21.
- BLACK, William K. (2005). *The best way to rob a bank is to own one how corporate executives and politicians looted the S&L industry*. Austin: University of Texas Press.
- CASTRO, Armando. (1980). *Teoria do Conhecimento Científico* (Vol. III). Porto: Limiar.
- CASTRO, Armando. (1982). *Teoria do Conhecimento Científico* (Vol. IV). Porto: Limiar.
- CASTRO, Armando. (1987). *Teoria do Conhecimento Científico* (1.<sup>a</sup> ed. Vol. V). Porto: Afrontamento.
- CRUZ, José Neves, Cardoso, Carla, Leite, André Lamas, & Faria, Rita. (2013). *Infracções Económicas e Financeiras. Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- FRIEDMAN, Milton. (1953). *The Methodology of Positive Economics Essays in Positive Economics* (pp. 3/43). Chicago: The University of Chicago Press.
- FRIEDMAN, Milton. (1979). *Economically Speaking: Milton Friedman – Why Economists Disagree*. Erie, Pensilvânia: Studio Facilities.
- FRIEDMAN, Milton, & Friedman, Rose D. (1988). *Capitalismo e Liberdade* (L. Carli, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- GAYRAUD, Jean-François. (2011). *La Grande Fraude. Crime, Subprimes et Crises Financières*. Paris: Odile Jacob.
- GAYRAUD, Jean-François. (2012). *A fraude e a criminalidade organizada na União Europeia / La fraude et la criminalité organisée dans l'Union Européenne* Vol. 2012. *Working Papers – OBEGEF* (p. 12). Retrieved from <http://www.gestaodefraude.eu>.
- GEDEÃO, António. (1983). *Poesias, Completas* (9.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Sá da Costa.

- GODELIER, Maurice. (s/d [1969]). *Racionalidade e Irracionalidade na Economia* (M. R. Sardinha, Trans.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HAYEK, F. A. (1937). Economics and Knowledge. *Economica – New Series*, 4(13), 33-54.
- HAYEK, F. A. (1948). *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1986). *A Economia como Ciência Moral e Política* (C. N. Coutinho, Trans.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- JEVONS, W. Stanley. (1988 [1871]). *A Teoria da Economia Política* (C. L. Morais, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- KATOUIZIAN, Homa. (1982). *Ideologia y Metodo en Economia*. Madrid: Editorial Gredos.
- KUHN, Thomas S. (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas* (C. Marques & S. G. Moura, Trans.). Lisboa: Guerra e Paz Editores.
- MARX, Karl. (1969 [I – 1867]). *Le Capital* (J. Roy, Trans.). Paris: Editions Sociales.
- MENGER, Carl. (1988 [1871]). *Princípios de Economia Política* (L. J. Barauna, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Nova Cultura.
- MENGER, Carl. (2011 [1883]). *Recherches sur la méthode dans les sciences sociales et en économie politique en particulier*. Paris: EHESS.
- MISES, Ludwing von. (1978). *Epistemological Problems of Economics* (G. Reisman, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). New York: New York University Press.
- NAPOLEONI, Loretta. (2009). *O Lado Obscuro da Economia*. Lisboa: Presença.
- PARETO, Vilfredo. (1988 [1909]). *Manual de Economia Política (I & II)* (J. G. V. Netto, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- PECH, Thierry. (2011). *Le Temps des Riches. Anatomie d'une sécession*. Paris: Seuil.
- PIMENTA, Carlos. (1995). Economia, Dialéctica e caos. *Investigação. Trabalhos em Curso* (56), 16.
- PIMENTA, Carlos. (2013). *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais (Manual)* (1.<sup>a</sup> ed.). V. Nova de Famalicão: Húmus.
- PIMENTA, Carlos. (2014). A fraude, a Europa e a crise. *Desafios Os Crimes de Fraude e a Corrupção no Espaço Europeu* (p. 325). Coimbra: Coimbra Editora.
- PIMENTA, Carlos. (2015). Infracções, formação e cultura diferencial. *O Economista – Anuário da Economia Portuguesa*, 2015, 159/162.
- PIMENTA, Carlos, & Afonso, Óscar. (2014). Notes on the Epistemology of Fraud. In A. A. C. Teixeira, A. Maia, J. A. Moreira & C. Pimenta (Eds.), *Interdisciplinary Insights on Fraud* (pp. 8/32). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- PINTO, José Madureira. (1978). *Ideologias: Inventário Crítico de um Conceito*. Lisboa: Editorial Presença.

- QUESNAY, François. (1978 [1758]). *Quadro Económico* (T. Cardoso, Trans. 2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RICARDO, David. (1983 [1817]). *Princípios de Economia Política e de Tributação* (M. A. Ferreira, Trans. 3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROBBINS, Lionel. (1945). *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres: Macmillan and Co. Limited.
- ROBINSON, Joan. (1978). *Contributions to Modern Economics*. Oxford: Basil Blackwell.
- SAGAN, Carl, & Druyan, Ann. (1996). *Sombras de Antepassados Esquecidos*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, Cláudia Maria Cruz. (2001). *O Crime de Colarinho Branco (Da Origem do Conceito e sua Relevância Criminológica à Questão da Desigualdade na Administração da Justiça Penal)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SAY, Jean-Baptiste. (1966 [1828-1829]). *Cours Complet d'Economie Politique. Pratique. (I & II)*. Osnabruck: Otto Zeller.
- SEN, Amartya. (2010). *A Ideia de Justiça* (N. C.-B. Bastos, Trans.). Coimbra: Almedina.
- SEN, Amartya. (2012). *Sobre Ética e Política*. Coimbra: Almedina.
- SICARD, Jean François. (2006). *Economie et philosophie chez Adam Smith. Sens public (Revue web)* (2006/12), 79.
- SIMON, Herbert. (1989). *A Razão nas Coisas Humanas* (F. Bello, Trans.). Lisboa: Gradiva.
- SIMON, Herbert A. (1955). *A Behavioral Model of Rational Choice. Cowles Foundation Paper, LXIX*, 99/118.
- SIMON, Herbert A. (1987). *Models of man social and rational mathematical essays on rational human behavior in a social setting*. New York: Garland.
- SIMON, Herbert A. (1997). *Models of bounded rationality*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- SMITH, Adam. (1981/3 [1776]). *Riqueza das Nações (I & II)* (T. Cardoso, Trans.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SUTHERLAND, Edwin H. (1940). *White-collar criminality. American Sociological Review*, 5(1), 1-12.
- SUTHERLAND, Edwin H. (1983). *White-Collar Crime: the uncut version*. New Haven: Yale University Press.
- VEBLEN, Thorstein. ([1899]). *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. Indianápolis: Liberty Fund, Inc.